

**Relatório de Pesquisa sobre**  
**História do Sindicato dos Professores**

**Do**

**Estado de Minas Gerais**

**1993 – 1983**

(cinquentenário)

Autores:

- Esdras Azarias de Campos
- Antônia Margarida Felix

## Agradecimentos

Registramos aqui nossos agradecimentos à atual Diretoria que nos possibilitou a realização deste trabalho de pesquisa e a todos os funcionários do Sindicato que, de bom grado, facilitaram enormemente a nossa tarefa, com amizade e cordialidade nos brindando carinhosamente com os seus préstimos.

Pela revisão deste Relatório de Pesquisa registramos nossos agradecimentos ao Prof. Sami Sirihal, advogado e assessor jurídico da Diretoria do Sindicato.

os autores,

Esdras e Antônia

## **Os Autores**

Esdras Azarias de Campos

Professor de História, O.S.P.B. e Estudos Sociais

Registro no MEC – nº 87.411 – DR/4

Matrícula no Sindicato – 4.869

Antônia Margarida Felix

Professora de História, O.S.P.B. e Estudos Sociais

Registro no MEC – nº 44.470 – DR/4

Matrícula no Sindicato – 11.244

## Relatório de Pesquisa

### Sobre a História do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais

#### Índice

	Página
Introdução Geral	
Primeira Fase – Origens e Fundação – 1933 a 1938	
Segunda Fase – Organização Estrutural – 1938 a 1948	
Terceira Fase – Consolidação – 1948 a 1960	
Apêndice I – A Greve de 1959	
Quarta Fase – “Renovação e Dinamização” – 1960 a 1966	
Apêndice II – A Greve de 1966	
Quinta Fase – O Ocaso do Continuismo – 1967 a 1979	
A Fase Atual – 1980 a 1982	
Apêndice III – Relação de todas Diretorias do Sindicato	
Conclusão Final	

## **Introdução Geral**

Ao apresentarmos aos companheiros professores o presente texto elaborado com base em uma pesquisa realizada nos arquivos do nosso Sindicato, um histórico da nossa entidade, temos a intenção de despertar a memória sindical do professorado mineiro e apresentar-lhes subsídios para enriquecimento dos debates por ocasião do II Consinpro.

Trata-se de um texto simples, não é uma história relatada nos termos “oficiais”, comprometida com uma visão predeterminada para alcançar objetivos escusos. Optamos por imparcialidade dos fatos e da realidade, deixamos que os fatos falassem por si mesmos; se muitas vezes os fatos não agradaram nem por isso faltamos o compromisso da verdade. Talvez muitos de vocês, nossos colegas, tenham o mesmo desconforto com relação a certos episódios.

Em dois meses apenas de trabalho, buscamos levantar os arquivos do Sindicato, as fontes documentais, os registros de imprensa e depoimentos de professores que participaram ativamente da entidade. Nosso trabalho de pesquisa teve como ponto de partida um estudo pormenorizado dos livros de atas da entidade desde 1933 a 1982, composto por quatro livros de 100 páginas. Em seguida, buscamos as fontes jornalísticas dos órgãos da imprensa estadual e nacional, os jornais internos “Sindicato e Ensino” e o atual “Extra Classe”, os boletins internos, correspondências, processos eleitorais, compondo um acervo de 75 pastas de documentos/fontes, com os quais complementamos o estudo da trajetória do Sindicato dos Professores. Apesar de farto, esse material apresentou falhas lamentáveis do ponto de vista da montagem de uma pesquisa. Nem todas as épocas dos quase cinquenta anos da entidade, a serem completados em 12 de fevereiro de 1983, foram registrados. Os próprios livros de atas deixaram lacunas de até cinco anos sem um registro sequer, e os documentos que poderiam sanar essas falhas não existem, não foram guardados. Por outro lado, por falta de tempo, não pudemos entrevistar outras pessoas que possivelmente preencheriam uma ou outra lacuna do conjunto documental.

A linha do tempo deste trabalho de pesquisa obedece à cronologia seqüencial dispondo os assuntos, simultaneamente, na seguinte ordem: o desenvolvimento jurídico e físico da entidade – estatutos – quadro social – sede -/ e o crescimento político e consciente da categoria dos professores mineiros – surgimento da mentalidade profissional – conquistas de espaços – desenvolvimento de lutas políticas. Como se trata de um trabalho de pesquisa com o objetivo de levantar a trajetória histórica do nosso Sindicato, não se fez um perfil sociológico da categoria, mesmo porque tal trabalho demandaria muito mais tempo e necessitaríamos de elaborar outro projeto de pesquisa. Fica aqui como sugestão para futuros ou atuais pesquisadores e sociólogos fazer um levantamento dessa natureza, que completaria este trabalho e daria muito mais consistência ao pleno conhecimento de nossa categoria profissional.

Este relatório que chega às suas mãos contém apenas uma pequena parte de toda pesquisa que realizamos, a qual encontra-se em seu conjunto à disposição de todos professores no acervo documental do nosso Sindicato.

os autores,

Esdras Azarias de Campos  
Antônia Margarida Felix

Belo Horizonte, 02 de agosto de 1982.

## **Primeira Fase – Origens e Fundação – 1933 a 1938**

A data de fundação do nosso sindicato está registrada na primeira página do projeto do que seria o Primeiro Estatuto da entidade, 12 de fevereiro de 1933.

Que razões ou motivos existiram para o surgimento desse Sindicato, numa época conturbada da história nacional? Era um momento difícil do processo revolucionário de 1930 a 1934.

O Dr. Getúlio Vargas preparava as condições jurídicas de seu fortalecimento e consolidação no poder pelos próximos 10 ou 15 anos. Pouco antes, 1932, os paulistas deflagraram a Revolução Constitucionalista e seus reflexos eram bem vivos.

É difícil levantar com precisão as raízes do nosso sindicato, pois os livros de atas da época de sua formação, documentos e registros da imprensa, são escassos em dados e não fazem menção aos acontecimentos básicos de seu início. Depoimentos de pessoas da época não foram possíveis. Entrevistamos várias pessoas que tiveram participação destacada na segunda fase histórica do nosso sindicato e não pudemos levantar nada digno de registro histórico. Nem mesmo o Dr. Levindo Lambert, o mais idoso de todos, teve qualquer lembrança referente a esta fase remota do nosso sindicato.

Por isso, somos levados a afirmar e concluir com base apenas nos dados registrados e levantados pelo trabalho da pesquisa, os seguintes pontos sobre essa fase:

1. A situação sindical brasileira, à época do surgimento do “Sindicato Mineiro dos Professores” e durante todo o período Vargas, era difícil e sujeita à mais veemente repressão e controle. Os obstáculos para uma categoria se organizar eram muitos e era quase impossível um sindicato, depois de fundado, fortalecer-se como uma verdadeira entidade representativa de classe. Apesar das condições legais favorecerem a organização de um sindicato, pois havia a Lei 17770 de 19 de março de 1931, que garantia esse direito, algumas categorias encontraram enormes dificuldades para se organizarem devido à sua fraqueza latente, como era o caso do professorado mineiro.
2. A lei sindical designava como espaço territorial para atuação do sindicato apenas o município de Belo Horizonte. Assim, quando um pequeno número de professores de Belo Horizonte, ao organizar o sindicato em 1933 designou-o como “Sindicato mineiro de Professores”, cometeu um deslize, tendo que mudá-lo para “Sindicato dos Professores de Belo Horizonte” para ficar de conformidade com a lei e com sua área de atuação.

3. Em 1933, Belo Horizonte contava com seis colégios particulares e quase todos ligados a entidades religiosas. Donde concluímos ser o número de professores da área particular também irrisório. Nesse período era muito comum definir o magistério como sacerdócio e não como uma atividade profissional específica. Daí o erro de pensar que educação era uma atividade de sacerdote e não de professor. Ressalvamos, porém, que isso não implica negar ser o sacerdote também um educador. Se o magistério era considerado um sacerdócio, e essa era a visão da época, o professor era levado a ter também essa idéia e não percebia a extensão da sua atividade como profissão com direitos, mas só deveres. O início do desenvolvimento político e consciente do professorado mineiro tem suas raízes nesse contexto e essa é a premissa de todo o processo ulterior.
4. Os professores minérios da década de 1930 são originários da classe média da época. Grande parte oriunda do funcionalismo público, base social da população da capital. É dessa pequena categoria que surge a liderança, formada por bacharéis em Direito, médicos ou engenheiros que tentaram organizar a entidade. Despojados no início da experiência sindical, sem a menor base de consociados que pudesse sustentar um sindicato, que mesmo assim foi fundado. Assim os nomes vão surgindo no cenário sindical da pequena categoria: Dr. Henrique Marques Lisboa, primeiro presidente do Sindicato, Dr. Arthur Versiani Velloso, Dr. Francisco Falcão e outros da primeira liderança do Sindicato.
5. A presença dos representantes do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria era uma constante nas reuniões da primeira diretoria. Orientavam os doutores professores pouco versados nas lides sindicais, davam-lhes instruções de como organizar a entidade, estabelecer normas e estatutos de acordo com a lei de sindicalização.

Nessa fase a preocupação era organizar a entidade, criar seu quadro de consócios, estabelecer uma sede e um regimento administrativo. Foi quando surgiu o projeto para o estatuto do Sindicato, estatuto esse que nunca chegou a ser aprovado, mas que serviu de base para a estruturação da entidade nas seguintes questões:

- Número de sócios nunca inferior a 30;
- Poderes do Sindicato – Assembléia e Conselho Diretor;
- O Conselho Diretor composto por 20;
- Dentre os membros do Conselho Diretor eram eleitos os membros da Diretoria do Sindicato.

Na organização primária do nosso Sindicato, de acordo com esse Estatuto, Capítulo VIII, Art. 21º, “O Sindicato será administrado por um Conselho Diretor constituído de 20 (vinte) sócios eleitos em Assembléia Ordinária, residentes na capital”.

Não nos foi possível levantar, como já dissemos acima, a maneira pela qual se organizou esse primeiro Conselho Diretor. O livro inicial de atas do Sindicato registra já na página 1 a primeira reunião dos diretores do Conselho aos 2 dias do mês de abril de 1933, quando então foi realizada a primeira eleição para a composição da primeira diretoria do Sindicato. Referem-se a uma reunião anterior, em que supomos tenham escolhido os membros do Conselho, mas dela não encontramos registro, nem depoimentos que pudessem esclarecer essa dúvida.

Devido ao excessivo zelo e controle dos delegados do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria nas atividades do Sindicato, é quase certo que tenham tido influência na escolha dos membros do Conselho Diretor ou então essas pessoas eram, pelo menos, de sua inteira confiança. Atesta essa conclusão a presença ostensiva do Sr. Francisco Souto Maior, representante do Ministério em duas reuniões da Diretoria do Sindicato a 14 e 21 de maio de 1933.

6. É provável que o sindicato tivesse, nessa época, pouco mais de dez membros, talvez quinze, mas não superior a vinte. Número esse insuficiente para compor o Conselho Diretor e suficiente para ameaçar a continuidade da entidade, pois acarretava natural falta de recursos financeiros necessários para sua organização. Era necessário estabelecer uma sede montada com móveis e máquinas necessárias ao serviço burocrático e gastos diversos com manutenção de um escritório. Inicialmente, devido à falta desses recursos, o Sindicato funcionou em uma sala emprestada e depois alugada à Academia Mineira de Comércio, à rua da Bahia, 1.210.

Para suprir o cofre da entidade foi pedido a cada membro da Diretoria que fizesse um donativo de dez mil réis e com esse dinheiro inicial passaram a alugar uma sala da Academia por sessenta mil réis. O primeiro funcionário do Sindicato (não há nome registrado) foi um cobrador das “somadas” (mensalidades) e recebia 20% das cobranças efetuadas até o Sindicato alcançar 100 consócios e passaria a receber 15% quando esse número fosse ultrapassado.

A partir de 21 de maio de 1933 até o ano de 1938, encontramos apenas um único registro de atividades do sindicato, datado de 16 de agosto de 1934: Uma nota divulgada pelo jornal Estado de Minas referindo-se a uma sessão do Sindicato para escolha de Comissão para reformular os estatutos da entidade. Faziam parte dessa comissão os professores Dr. José Lourenço de Oliveira, Hermínio Guerra e Nicolas Marie Donnard. Após essa data não encontramos mais nada que ateste o funcionamento do Sindicato até a data de 30 de janeiro de 1938.

## 7. Conclusão Final

Nesse pequeno período de fundação e funcionamento do Sindicato, que estamos designando aqui de sua “Primeira Fase”, ficou patente um dado significativo, apesar de negativo, que é a fraqueza da entidade e sua incapacidade de criar uma base de sustentação. O Sindicato não nasceu das bases, nem tampouco das aspirações reais de uma categoria carente, para não dizer consciente. Não surgiu em meio a uma luta renhida com perdas e baixas a serem lamentadas ou enaltecidas como mártires e heróis. Não que isso seja importante, significativo; até pelo contrário, foi melhor que assim acontecesse. Nosso processo de consciência sindical só nascerá mais tarde, em outra conjuntura, no momento em que o professor começa a sentir a dimensão profissional de sua atividade. A natureza das contradições entre os interesses do professorado e os diretores ou donos de colégios era minimizada pela falta de escolas para a população em maior escala. Os colégios públicos por esta ocasião absorviam a quase totalidade de uma pequena elite estudantil e o espaço que sobrava aos particulares era bastante reduzido. Acrescente-se ainda que o professor da área particular, quando não exercia outra atividade liberal, era em quase sua totalidade também da área pública. Confundia-se aí a atividade, mas não os interesses, porquanto lecionar em colégio particular era para a maioria dos professores uma maneira de complementar seus rendimentos. O professor se sentia muito próximo do diretor, conviviam harmoniosamente. Além do mais gozava do status de mestre, de homem do saber e era reconhecido e respeitado como tal. Seu salário era pequeno e reduzido em se tratando da atividade de professor. Ganhava de acordo com o número de alunos por classe, não recebia por ocasião das férias e feriados, encarando o magistério como sacerdócio e não como profissão. Essa situação mudará aos poucos, lentamente, à medida que surge a figura do professor exclusivamente ligado ao magistério, como atividade única do ponto de vista profissional. As faculdades de filosofia começam a abastecer o mercado de bacharéis licenciados em área da educação e que só podem lecionar.

É interessante ressaltar a participação feminina na primeira Diretoria do Sindicato, nas pessoas das professoras Carmem de Mello e Maria Rita Burnier. A presença da mulher, no que diz respeito a cargos de direção na diretoria do Sindicato, aparece muito timidamente até 1980.

O Sindicato e os professores durante essa fase não incomodavam, eram apenas uma entidade e uma categoria ainda latente. É possível que alguém imaginasse que no futuro ela viesse a tornar-se uma entidade mais atuante em defesa dos seus associados. É possível também que os professores viessem um dia a reconhecê-la como sua e passassem a participar mais. Porém, essa premissa para os tempos iniciais de nosso Sindicato poderia ser apenas um sonho ou então a espera de tempos melhores.

## **Segunda Fase – organização estrutural -1938 a 1948**

1. De 1935 a 1938, ao que tudo indica, pelo silêncio documental, houve um recesso nas atividades do Conselho Diretor e da Diretoria do Sindicato.

Nesse período, a situação política nacional, que vinha tensa desde 1934, entra em fase aguda. A permanência de Getúlio Vargas no poder começa a sofrer o desgaste que sofre qualquer ditadura que se disponha a perpetuar-se no poder. Em 1935, o levante comunista tenta romper a base de sustentação militar do regime. Os integralistas, grupo da extrema direita, não satisfeito com os caminhos que a ditadura imprimia, tentam um golpe em 1937. Todos esses movimentos serviram de justificativa para Getúlio Vargas superar-se a si mesmo em força e poder e impor o “Estado Novo”, através de um novo golpe, em 10 de novembro de 1937, estabelecendo, assim, um estado de força muito mais violento e controlador.

Nesse momento, é possível que a liderança fundadora do nosso Sindicato tenha se preocupado com a sua continuidade e não o expusesse nos momentos mais agudos da crise. Preferiram aguardar que as águas turbulentas das revoltas serenasse para então voltar à ativa. Pode ser também que tenha havido uma intervenção do Ministério do Trabalho, como sempre acontece nesses períodos de conflagração política e social, para evitar que as entidades de classes possam influir nos acontecimentos. O certo é que, somente em 30 de janeiro de 1938, o sindicato volta à normalidade funcional.

Aparece, então, sob a direção de uma Comissão Executiva presidida pelo Prof. Hermínio Guerra e com objetivos de reorganizar o sindicato e preparar as eleições para a Diretoria. É interessante ressaltar que Comissão Executiva é um expediente que se usava para evitar intervenção direta da Delegacia Regional do Trabalho.

2. De 1938 a 1941 – Nessa fase, muitos dos antigos líderes do Sindicato pedem seu afastamento da entidade e seus respectivos cargos, como foi o caso do Dr. Francisco Falcão e outros. Por outro lado novos sócios vão pedindo sua admissão à entidade e uma nova liderança vai surgindo. Começam a aparecer nomes como os de José de Marins Freire, João Ziller, Frederico Burgos e Nielsem Ribeiro que se destacaram em cargos e funções. A nova liderança reconhece que o sindicato despertava pouco interesse à categoria e tenta reorganizar o quadro social. Mas é pouco, face ao objetivo a ser alcançado.

As eleições foram marcadas para serem realizadas em uma Assembléia a 08 de agosto de 1938 e o comparecimento de nove associados demonstra

bem a fragilidade da entidade. Frederico Burgos foi eleito com seis votos para presidente do Sindicato.

Na gestão de Frederico Burgos continua o cerco das autoridades do Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho e o desinteresse da categoria pelo seu sindicato.

A consciência política e profissional do professor, ainda nesse período, pouco ou quase nada mudará. Nada de prático foi acrescentado pela nova diretoria no sentido de iniciar um trabalho de conquistas junto à categoria; o magistério continua um sacerdócio. É difícil levantar o perfil político do Professor Frederico Burgos. Se levamos em consideração os registros em atas, afirmamos tratar-se de mais um líder de confiança do Ministério do Trabalho e grande admirador de Getúlio Vargas. Não se nota uma simples contestação à realidade do momento, não se discutiu qualquer proposta para a melhoria do professorado durante a sua permanência à frente do sindicato. Nas poucas vezes que sua Diretoria se reuniu foi para telegrafar ao Presidente Vargas congratulando-se pelo fato do presidente e sua família saírem ilesos de um atentado político; telegrafar para o governador do Estado pelo dia da Pátria e, finalmente, anunciar sua renúncia a 06 de março de 1941, quando então teve que partir para o Rio de Janeiro.

3. De 1941 a 1946 – Após a renúncia do Prof. Frederico Burgos, é indicado por unanimidade para substituí-lo o Prof. José de Alencar Navarro, que marcará com sua presença o segundo período da segunda fase.

No início da gestão Navarro, a preocupação prioritária era de ordem política e estatutária. O sindicato teria que se adaptar às mudanças previstas pela nova lei sindical, Decreto 1402 de 05 de junho de 1939 e preparar um novo estatuto para se registrar perante o Ministério do Trabalho.

Com a mudança de direção houve também a mudança de sede da rua da Bahia, 1.210 para a rua Floresta, 17 – Praça São João Del Rei, local esse considerado provisório por todas as gestões do Presidente Navarro.

Novos nomes vão aparecendo na composição da liderança do Prof. José de Alencar Navarro: Dr. Alberto Mazzoni de Andrade, Dr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada, Prof. Orlando Carvalho, José Inocêncio dos Santos, Fausto Gonzaga e Edson Vinagre, quase todos eleitos para cargos na gestão do Presidente Navarro.

Finalmente, a 14 de agosto de 1942, foi expedida a Carta Sindical pelo Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, reconhecendo o Sindicato, sob a denominação de Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de Belo Horizonte, órgão

representativo da categoria profissional dos professores do ensino secundário, com base territorial no município de Belo Horizonte.

Em 06 de fevereiro de 1943, o mundo em pleno conflito da segunda guerra, o sindicato reunia-se em uma das salas do Colégio Batista Mineiro para realização de várias assembleias: para prestação de contas da Diretoria; para eleição de Conselho Fiscal e outra para eleição de Diretoria. Foram eleitos: para Presidente José Alencar Navarro, Secretário Martin Francisco Ribeiro de Andrada e Tesoureiro Dr. Alberto Mazzoni de Andrade (ver demais membros na relação geral das diretorias em anexo).

Essa Diretoria enfrentou problemas de imediato. Um relativo à sua legalidade e reconhecimento pela Delegacia Regional do Trabalho, que recebera ordens do Ministério para apurar a ligação de dois de seus membros ao integralismo. E outro quanto à cobrança do Imposto Sindical que a maioria dos colégios se recusava em recolher em favor do Sindicato.

Sem tomar posse, mas assumindo de fato atividades de direção (enquanto o DOPS não mandasse as informações necessárias à Delegacia Regional do Trabalho, para que a mesma desse seu parecer sobre os membros tidos como integralistas) a diretoria do Sindicato começou com animação procurando também aumentar o número de associados, organizar sua sede com escritório ou então contratar um “guarda-livros”.

Ao lado de medidas de caráter burocrático, podem ainda ser creditadas a essa Diretoria as primeiras manifestações no sentido de conquistar um espaço ao professorado no contexto educacional. Exigiu dos colégios uma relação de seus professores, número de alunos por classe, mensalidades e outros dados para que pudessem ter uma idéia para futuros registros salariais. Foi a primeira Diretoria a discutir sobre o problema salarial. Foi também a primeira a comemorar o Dia do Professor. Indicou nomes para representar o Sindicato com delegados no Congresso Trabalhista em Belo Horizonte e no Congresso dos Sindicatos de Professores no Rio de Janeiro.

Ainda sem o seu reconhecimento como Diretoria, realizou eleições a 31 de março de 1945, para vogais da Junta de Conciliação e Julgamento, tendo sido eleitos os professores Carlos Porfírio dos Santos, com 24 votos, Augusto Azeredo Starling, com 23 votos, e José dos Prazeres Ferreira, com 23 votos. Por essa ocasião, o Sindicato apresenta pequena melhora de condições financeiras, devido a aumento no rol de associados. Tem condições de remunerar membros da Diretoria que, por motivos de prestação de serviço ao Sindicato, afastam-se de seus trabalhos docentes, como foi o caso do professor Dr. Alberto Mazzoni de Andrade.

Na Assembléia de 28 de maio de 1945, realizada na Reitoria da Universidade de Minas Gerais, foi lido o telegrama expedido pelo Ministério do Trabalho confirmando o reconhecimento da Diretoria e aprovando seu mandato. Na ocasião a ata registra o afastamento do Prof. Martin Francisco Ribeiro de Andrada, que foi substituído pelo Prof. Antônio Silva. Não há registro se foi ou não apurada a ligação de membros da Diretoria com o Integralismo.

A Diretoria continua seu trabalho de ampliação de espaços. Consegue concessões aos professores para compra de livros, abastecimento de gêneros alimentícios no SAPS e definição dos registros provisórios concedidos pela Delegacia Regional do MEC, para que assim os professores pudessem ter sua habilitação legal para lecionar.

No seu final, a gestão Navarro fez um levantamento de sua situação e chegou a registrar em ata alguns dados reveladores que demonstram ainda a fraqueza da entidade: “indiferentismo do professorado pelo Sindicato; falta de verbas para a manutenção da sede e mobiliário; obrigações de ordem regulamentar fora do prazo e problemas com o surgimento de uma oposição disposta a mudar os rumos do Sindicato”.

O aparecimento de associados que formam oposição, a qual o Presidente Navarro atribuía a pecha de dissidentes e bisonhos, é um dado novo e promissor ao desenvolvimento político do Sindicato. Ela aparece num momento decisivo e importante, pois o Sindicato, por essa ocasião, funcionava praticamente na residência do seu presidente e não tinha mais a mesma dinâmica que possuía no início da gestão Navarro. A Diretoria acomodara-se, deixando tanto a entidade como a categoria sem liderança, e, quando apareceram os “dissidentes” denunciando o continuísmo e a inércia, o Prof. Navarro toma essa atitude como uma “denúncia estranhável e injustificável contra o Sindicato”. Resolve enviar ao Delegado do Ministério do Trabalho, em 05 de maio de 1945, um requerimento expondo a crise do Sindicato e pede a intervenção, baseado no art. 528 da CLT (Intervenção com deliberação para administrar a entidade).

De 26 de agosto de 1946 a 10 de novembro de 1948, mais uma vez não encontramos registros de funcionamento do Sindicato. Nesse período tem início a nova configuração da história nacional: a ditadura Vargas chegara ao fim e o Brasil estava iniciando uma nova fase da República com a Constituição de 1946. Parece-nos que esse período foi uma espera da nova ordem sindical para o país.

4. Traçar um perfil do período em que se deram os acontecimentos das gestões do presidente José de Alencar Navarro não é também tarefa

muito fácil. Existem falhas em nossos registros a respeito dessa época. Contudo, baseado também nos depoimentos prestados a nós pelos Professores Hamilton Leite e Der. Levindo Lambert, tentaremos resumir aqui os principais aspectos desse período

O Professor José Alencar Navarro, como a maioria de seus colegas, líderes sindicais, tanto do sindicato dos professores como outros, era getulista. Basta ver os vários pronunciamentos seus, a respeito da política de Vargas, como o que está registrado na ata do dia 09 de julho de 1942: “reafirmo inteira solidariedade deste Sindicato à orientação política do Dr. Getúlio Vargas”, voto aceito por unanimidade. Outro fato que isso confirma: O Sindicato aderiu à campanha pró-monumento ao Presidente Vargas com a quantia de Cr\$2.090,00, considerado (consta em ata) um gesto patriótico, pois ficou entre os três primeiros sindicatos que contribuíram com maior importância.

É evidente que a população de Belo Horizonte crescera entre os anos de 1933 a 1941. O número de estudantes e colégios também, e, conseqüentemente, o de professores. Por essa ocasião (década de 1940) o número de colégios chegava a duas dezenas, e muitos deles fugiam à regra de serem católicos. Surgem os colégios Batista, Izabela Hendrix, Anchieta, Marconi e outros que imporão uma nova mentalidade no tocante à organização de colégios proporcionando uma nova geração de professores cuja atuação será decisiva nos destinos do Sindicato.

Apesar de uma melhora sensível do professorado, ele começa a sentir sua atividade mais em termos profissionais. Ele ainda não procura o Sindicato em grande número. Nessa ocasião era restrito o número de associados à entidade.

As relações entre professores, sindicato e colégios eram amistosas, exceto alguns colégios que relutavam em recolher o imposto sindical. O respeito de alguns colégios para com seus professores mereceu em várias ocasiões os votos de louvor do Sindicato. Houve até um fato curioso, em que o Colégio Anchieta recebeu voto de louvor por facilitar participação de seus professores nas assembleias do Sindicato.

O Sindicato não tinha por essa época um enfrentamento com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino para tratar de assuntos salariais. Esse era um assunto de alçada ministerial, se prendia à Portaria 204 do Ministério da Educação.

O Presidente Navarro monopolizara a entidade e não permitia nenhuma forma de contestação ao seu trabalho e tampouco a existência de uma oposição. Não desenvolveu a prática democrática tão necessária ao aprimoramento político da entidade.

Quando aparece um grupo de professores dispostos a denunciar seu continuísmo e inércia da entidade, o Professor Navarro não aproveita esse momento auspicioso para desenvolver a luta política. Simplesmente denuncia-os à Delegacia Regional do Trabalho. Esse seu ato absurdo será repetido por dois outros presidentes, em ocasiões e contextos diferentes.

Esse grupo, que pode ser aqui apresentado como a primeira manifestação de oposição dentro do Sindicato, era formado em grande parte por professores do Colégio Anchieta, que a partir daquele momento teriam um papel destacado nos destinos da entidade. Ele formará inicialmente a base da liderança do próximo presidente, o Prof. Levindo Lambert, e posteriormente do prof. Ewerton Hudson Possas. Era constituído pelos professores: Mauro Mendes Villela, Francisco Luiz Gonzaga, Hamilton Leite, Carlos Porfírio, José dos Prazeres, Oscar Andrade, Ragozino Ribas, José do Patrocínio e outros.

Apesar de frustradas, em grande parte, suas metas e objetivos quanto a constituir a sede própria e aumentar o quadro social, a fase do Presidente José de Alencar Navarro deixou como marca fundamental a organização e estruturação do Sindicato como entidade reconhecida e oficializada dos professores mineiros.

### **Terceira Fase – Consolidação – 1948 a 1960**

1. Após o pedido de intervenção requerido pelo Presidente José de Alencar Navarro, o Sindicato ficou de portas fechadas de 26 de agosto de 1946 a 10 de novembro de 1948, quando o grupo do Prof. Levindo Lambert, com ele à frente, vai até a residência do Prof. Navarro exigir entrega dos livros e documentos da entidade. Havia sido formada uma Junta Governativa com a finalidade de reorganizar o Sindicato e fazê-lo funcionar. Dão o Prof. Levindo Lambert e Prof. Hamilton Leite versão semelhante da entrega de tais documentos e livros da entidade, que, segundo eles, “vieram embrulhados em folha de jornal velho”.

A partir desse fato, começa a 3ª fase do Sindicato, fase essa marcada pela pessoa e direção do Prof. Levindo Lambert à frente da Entidade.

2. De 1948 a 1950, período em que o Sindicato é administrado por uma Junta Governativa sob a presidência do Prof. Levindo Lambert, ocorre todo um trabalho de reorganização do Sindicato, tanto do ponto de vista burocrático quanto social e político. Esse trabalho partiu praticamente do zero, tanto que o Prof. Levindo, em depoimento, disse que ele é o “verdadeiro fundador do Sindicato”. Como ele próprio nos disse, ele desconhece o período mais remoto da entidade.

Inicialmente, o presidente Lambert conseguiu uma sala no Conservatório de Música onde era diretor, para instalar, provisoriamente, a sede do Sindicato. Começam os trabalhos de reorganização com a mudança do nome da entidade para Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial de Belo Horizonte, uma vez que os professores das escolas de comércio passaram a sindicalizar-se.

Pela primeira vez, o Sindicato dos Professores discutirá com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino um acordo salarial, o de 1949; e pela primeira vez também é votada em assembléia a instauração do Dissídio Coletivo por não haver acordo.

Nessa ocasião, para regularizar a situação da maioria dos associados junto à tesouraria, foi votada uma anistia liberando o pagamento das mensalidades atrasadas.

O andamento inicial dos trabalhos da gestão do Prof. Lambert foi bem dinâmico. Procura ampliar o pequeno espaço do professorado mineiro. Faz campanha para aumentar o quadro social, através de uma sindicalização em massa; ao mesmo tempo em que denuncia colégios com irregularidades, elogia outros que cumprem suas obrigações para com os professores;

consegue representação do Sindicato nos colégios e procura alcançar o interior do Estado para organizar sindicatos locais. Além dessas tarefas internas, procura também fazer representar o Sindicato em congressos e intercâmbio com outros sindicatos estaduais, nos casos – Convenção Nacional dos Professores do Ensino Secundário e Sindicato do Rio de Janeiro.

Sua meta de conseguir a sede própria para o sindicato p leva a pedir autorização do Ministério do Trabalho para a utilização do fundo sindical para esse fim. Luta tenazmente contra os colégios que não cumprem a formalidade da lei no recolhimento do imposto sindical. Procura junto às autoridades municipais terreno para a construção da sede própria, mas não consegue. O proprietário do Colégio Anchieta, o Sr. Newton de Paiva, promete fazer doação de um lote para esse fim. A doação não se efetivou, não havendo registros de o Sindicato é que não aceitou ou se o Sr. Newton não concretizou a doação.

Ainda no período da Junta Governativa, o presidente Levindo Lambert inicia sua mais importante campanha: o reconhecimento do direito do professor ao “repouso semanal remunerado”.

Em 25 de outubro de 1950, realizam-se as eleições para a Diretoria do Sindicato e Conselho Fiscal, sinal de que a entidade estava organizada e preparada para o funcionamento normal. Uma chapa encabeçada pelo Prof. Levindo Lambert é eleita para o período seguinte.

3. De 1950 a 1952 – Continuando à frente do Sindicato, o Presidente Lambert dá prosseguimento ao seu trabalho de aprimoramento da entidade. Amplia o quadro social do sindicato através da sindicalização dos professores do pré-primário e primário. Estende a base territorial do Sindicato para quase todo o estado de Minas e continua a luta em prol do “Repouso Semanal Remunerado” indicando o Prof. Dr. Célio Goiatá para cuidar do assunto junto à Justiça. (Em assembléia havia sido indicado o Prof. Sigefredo Marques).

Nessa ocasião, os colégios em geral reagem muito ao cumprimento da lei do “Repouso”, outros, em menor número, além do não cumprimento dessa lei ainda atrasavam o pagamento de seus professores. Essa situação começou a ficar constrangedora e o Prof. Lambert, por várias ocasiões teve que denunciar esses colégios tanto no Ministério do Trabalho quanto no da Educação.

4. De 1952 a 1954 – Os professores Levindo Lambert e Geraldo Sardinha encabeçam novamente uma chapa para Diretoria do Sindicato, para esse período, e são eleitos presidente e vice-presidente respectivamente. A 30 de

outubro de 1952, tomam posse e fazem balanço de seus trabalhos de 1948 até essa data.

Nessa segunda gestão, como Presidente eleito para a Diretoria, o Prof. Levindo Lambert não cumpre seu mandato até o final, devido à sua indicação para chefe de gabinete da Secretaria de Educação. Pede afastamento do cargo de presidente do Sindicato, sendo substituído pelo vice-presidente Geraldo Sardinha até o final da gestão.

5. 1954 a 1956 – Realizadas eleições para esse triênio, apresentou-se apenas uma chapa, composta basicamente por professores ligados ao esquema do Prof. Levindo Lambert, que continua afastado do Sindicato, por causa de suas atividades políticas, como chefe de gabinete e posteriormente como Secretário da Educação do Estado. Eleita a diretoria encabeçada pelo Prof. Wellington Armanelli e Nivaldo Reis, como presidente e vice-presidente respectivamente, iniciam seus trabalhos tendo pela frente a discussão do acordo salarial para 1955.

O presidente Armanelli continua o trabalho de seu antecessor na mesma linha de ação, procurando alcançar metas já iniciadas. Propõe a nomeação de representantes dos sindicatos em cada colégio, a extensão territorial e o aumento de 70% para o salário de 1955, que seria pleiteado em dissídio.

Desses objetivos, alcança um muito importante: a extensão territorial do sindicato, que tinha representação só para Belo Horizonte, passa a ter agora reconhecimento sobre todas as cidades do interior de Minas que não tenham sindicatos. Quanto ao dissídio, a justiça concedeu 30% ao invés dos 70% pleiteados inicialmente, excluindo os professores que fizeram acordo em separado. Consegue, também, a exemplo dos estudantes, abatimento de 50% nos ingressos de cinema.

O Prof. Armanelli não cumpre também seu mandato até o final. Por motivo de viagem ao exterior pede afastamento do cargo, sendo substituído pelo vice-presidente Nivaldo Reis a 30 de setembro de 1956.

A partir dessa data, o Sindicato inicia seu mais longo processo de luta em prol de melhores salários e direitos para os professores e que desencadeará nas greves de 1959 a 1966. (Ver apêndice I e II – Greves)

O Sindicato instaura dissídio coletivo para fazer funcionar as portarias ministeriais 204 e 887 que regulavam os salários dos professores e das quais os colégios, com raras exceções, não tomavam conhecimento; a maioria as usava de conformidade com seus interesses.

6. De 1956 a 1960 – O Professor Levindo Lambert, agora desimpedido dos cargos oficiais da Secretaria de Educação, volta à ativa no Sindicato,

novamente como presidente eleito em mais duas eleições consecutivas. Continua o seu trabalho, que não sofrera paralisação com a gestão Armanelli. Aumenta consideravelmente o quadro social com o aumento da base territorial pelo interior do Estado e com a sindicalização de funcionários dos estabelecimentos de ensino.

Esse período é fecundo também em atividades políticas de âmbito geral: apóia a fundação da Federação dos Sindicatos de Professores do Ensino Secundário, constitui uma comissão para estudar a lei de Diretrizes e Bases a qual conclui que a lei não é do interesse do professorado, devido à extinção de disciplinas e diminuição de carga horária e tampouco traz benefícios à educação brasileira. Filia o Sindicato à Federação Nacional dos Professores do Ensino Secundário.

Suas realizações, no campo interno, também são importantes: aquisição da sede própria para o sindicato, instalada à rua Carijós, 136; exigência de uma fiscalização mais rígida por parte da Delegacia Regional de Ensino quanto aos “professores” não habilitados e contratados pelos colégios; gratuidade nos colégios para os filhos dos professores; coroamento do reconhecimento do direito ao Repouso Semanal Remunerado; e finalmente a condução da greve de 1959. (Ver apêndice I – Greve)

7. Perfil da Era Levindo Lambert (1948 a 1960) no sindicato – A importância desse período nos levou a congnominá-lo de “Consolidação”. A partir da primeira gestão Lambert, o sindicato consolidou-se perante o professorado, os colégios, o governo e toda a sociedade. As condições que permitiram essa concretização têm suas origens em vários fatores, mas destacamos apenas dois. O primeiro de ordem política, no contexto nacional. Em 1948, e nos anos subseqüentes, viveremos sob a égide da República Nova, da Constituição de 1946 e da abertura política que se iniciou timidamente do governo do Mal. Eurico Dutra que possibilitou uma participação política maior em termos de organização de partidos: UDN, PSD, PTB, PCB e outros, que passaram a desenvolver a luta partidária, a contestação e a oposição no cenário político brasileiro.

Os sindicatos em geral absorvem essa situação e aproveitam o momento para se assentarem como entidades representativas e reivindicadoras para suas respectivas categorias ou classes. A volta de Getúlio Vargas ao poder, agora democraticamente através de eleições, significará um avanço na política nacionalista e de tudo o que ela representava para as classes trabalhadoras, “o estadista que concretizara o surgimento dos sindicatos e das leis trabalhistas” em vigor. Daí o porquê de grande parte das lideranças sindicais optarem pelo getulismo e muitas vezes continuar num tipo de trabalho submetido às regras do poder.

Essa abertura política e funcional para os sindicatos continua no governo do Presidente da República Juscelino Kubitschek e prossegue em grande avanço até o governo do João Goulart. Esse fator foi, sem dúvida, decisivo para o salto dado pelo nosso Sindicato nas gestões do Prof. Lambert, esse, amigo pessoal de Juscelino Kubitschek e getulista.

O segundo fator que possibilitou o avanço do Sindicato dos Professores de Minas Gerais foi o crescimento de conscientização política da categoria. Essa, além de receber os reflexos da situação da abertura política nacional, percebera que a situação profissional pouco melhorara desde a época da ditadura Vargas. Os governos da República pouco fizeram em prol da educação e dos educadores. A saída para o professorado era a reivindicação. Os sindicatos do Rio de Janeiro e São Paulo dão exemplos de lutas que são seguidos por outros sindicatos, inclusive o de Minas Gerais. O presidente Lambert fica atento às reivindicações para a melhoria profissional do professorado mineiro. Não adiantava tergiversar perante os professores e suas aspirações... Agora estão conscientes e dispostos a lutar pelos seus direitos, vão até a greve se necessário (1959) e assim a categoria vai conquistando espaço, o repouso semanal remunerado, a revogação da portaria 204, a gratuidade nos colégios para filhos de professores, etc.

Infelizmente, o Prof. Levindo não soube conviver com uma oposição. De maneira particular reviveu o problema enfrentado pelo Presidente José Alencar Navarro. O curioso é que repetiu o seu erro principal: o continuísmo. A oposição agora é mais consciente e ágil. Conhece o jogo político, é formada por professores da nova mentalidade profissional. Muitos, até bem pouco, compunham a base do Prof. Levindo, mas, não satisfeito com suas tendências atuais, preferiram outra liderança mais jovem e mais comprometida com os novos anseios da categoria, até porque eles realizaram o trabalho mais importante de condução da greve de 1959. Os professores Ewerton Hudson Pôssas, João Cãnfora, José do Patrocínio, Mauro Mendes Villela, Joaquim Rosa e outros formaram, a partir daí, a base da nova liderança do Sindicato dos Professores, pelos próximos 20 anos.

## Apêndice I

### “A greve de 1959” - Sinopse dos principais acontecimentos

A palavra - do francês grève – greve, praia arenosa, é de origem latina. Mas a história do vocábulo no sentido de “recuso”, resultante de acordos de operários, estudantes e funcionários, a trabalhar ou comparecer onde o dever o chama enquanto não sejam atendidas certas reivindicações (Aurélio Buarque de Hollanda) nasceu em Paris.

O termo tem origem na “Place de la Grève”, localizada perto do cais, bem próxima à praia. Nessa Praça se reuniam para conversar, trocar idéias e fazer negócios, os desocupados, desempregados ou ainda os descontentes com o salário e o emprego. Também era comum ir à “Place de la Grève” o patrão a fim de contratar um novo empregado. Daí o sentido atual da palavra “greve”: recusa, reação, conhecida também como “parede”. Sem a anotação sócio-política que o termo traz hoje, encontramos vários exemplos de greve no contexto histórico da humanidade. Daí poder-se afirmar que a greve nasceu com o homem e faz parte integrante da vida sócio-econômica e política dele.

#### 1959 – Uma lição de greve

As causas remotas das greves deflagradas pelos professores em 1959 e 196 estão ligadas diretamente ao contexto educacional e político brasileiro.

Suas razões mais profundas podem ser encontradas no descaso de todos os poderes constituídos, no desinteresse das autoridades competentes, pelo destino da classe educadora.

Até 1959, o Ministério da Educação e a Legislação Trabalhista não haviam ainda conferido à classe um diploma legal, que regulamentasse a remuneração de suas atividades profissionais. Diante de tantas injustiças, com problemas ao arbítrio das partes, prejudicados pelos proprietários de colégios, que a partir de 1953, passaram a declarar que nenhuma Portaria existia mais regulamentando o salário dos professores, pois a Portaria 887, revogava a 204 (05/04/45), os professores não tiveram outra alternativa: valerem-se da greve. Não que a desejassem. Mas, como um meio de mostrar às classes dirigentes e à sociedade que, como qualquer operário, precisavam de viver. Os professores foram levados às greves, por uma questão de sobrevivência e jamais por indisciplina, insubordinação ou desrespeito às autoridades, ou ainda como medida deseducativa.

Marginalizados pela omissão governamental, considerados em plano inferior, os professores de viram forçados, em (novembro de 195.....) a fazer uma greve de advertência de 48 horas, para forçar o Ministério da Educação a fazer cumprir a Portaria 887 baixada em 13 de (outubro de 195.....).

Em 15 de novembro de 1956, o Sindicato dos Professores proclamou a vitória: O “Ministério da Educação” mandava cumprir a Portaria 887, para cálculo de salários do professor.

A greve de advertência dos professores, ilegal para as autoridades, abriu novas perspectivas, marcou uma etapa na luta de afirmação da classe.

Em 1957, os professores se viram de novo à mercê dos interesses patronais. A decisão do TST estabelecendo a validade da Portaria 204 e não da 887, lançou a confusão do País inteiro, prejudicando os professores. Em São Paulo a classe passa a reivindicar o Contrato Coletivo de Trabalho e o desconto de 50% nas anuidades dos filhos, enquanto Minas Gerais o Rio de Janeiro enviam moção ao Ministério da Educação, solicitando o pagamento das suplementações desde 1956 e exigiam a fixação definitiva do cálculo salarial com vigência em uma das Portarias: 204 ou 887.

Em 1959, em consequência do elevado custo de vida, o Colégios Secundários não encontraram outro caminho senão o de reajustarem sua tabela de preços. Foi pedido ao Ministério da Educação um aumento de anuidades na ordem de 40 a 45%, correspondendo a 30 e 35% para o professorado. Neste contexto, o clima social brasileiro é conturbado pelo descontentamento com o aumento das anuidades e as propostas de reajuste salarial dos proprietários de Colégio. Um aumento de 40% nas anuidades pesa muito para vários estudantes. Daí a crise. Estudantes vão à greve já que o Ministro Clovis Salgado afirma que o MEC não recuará no aumento de 35% sem majoração. Desta primeira greve, com a interferência e arbitragem do Presidente da República. O aumento das anuidades caiu de 35% para 10%. A União completaria com subvenções. O aumento dos professores.

JK, ao solucionar a greve dos estudantes secundários, provocou a greve dos professores. Diretores afirmam que não têm condições de se manterem sem o aumento das anuidades. Nem professores nem diretores querem depender de verbas oficiais, Segundo Levindo Lambert, presidente do Sindicato dos Professores “em 1957 caímos no golpe da suplementação do governo. Não podemos prorrogar por mais tempo a solução. A suplementação direta ao aluno seria a solução ideal”. (Diário da Tarde 14/03/59).

JK, no entanto, valeu-se do meio mais fácil de resolver problemas: a promessa. Mas, como troféu, recebeu a primeira greve de professores do País. Deflagrada a 11 de março de 1959 no Rio de Janeiro, São Paulo e Petrópolis, atingiu Belo Horizonte a 12 de março e tornou-se nacional em poucos dias. O

professor mineiro pede aumento de 40%, e não aceita complementação, já que a anuidade baixou e com ela o salário do professor.

Em Belo Horizonte, os professores mantinham contratos diários com o Rio de Janeiro, acompanhado, através da imprensa, o desenrolar do movimento grevista nos outros estados. A “comissão de greve” (Ewerton Possas – João Cânfora – Walter Licínio – Joaquim Rosa – Rubens Lopes e Paulo Roberto Baeta) passou a dirigir os trabalhos, iniciando a “operação fechamento” na Capital, orientando os professores do interior. Os grevistas encontraram solidariedade de grande parte da população. Para D. João de Resende Costa, “a greve é justa. No Rio de Janeiro padre Alonso já fez apelo aos colégios religiosos para cerrarem suas portas”. (Diário de Minas – 20/359) No Sindicato dos Professores, o movimento é intenso, à procura de informações e definições.

O curioso é que, nesta greve, professores e diretores estão unidos, lutando por um objetivo comum: conseguir do governo um recuo para não vigorar a fórmula solução, que revogou a Portaria do Ministério da Educação que concedia 35% de aumento nas unidades. Mas, para José Renato Medeiros, presidente da UMES, a verdade é uma só: “os diretores são os causadores da greve. Não querem suplementação, querem receber do aluno porque temem não receber a tempo de pagar o professor. São mercadores do ensino, Nós, compradores, e os professores balconistas do saber”. (Diário de Minas 19/03/1959). A “comercialização do ensino, completa Afonso Celso Guimarães, presidente da UBES, deve ser extinta. Os responsáveis pela crise do ensino são os proprietários dos colégios que, com o aumento de 10% nas anuidades, viram de repente sua ganância desenfreada de lucros, frustrada”. (Diário da Tade 21/03/59).

Mas, nesta contenda, nem só proprietários foram acusados. Rebatendo as ofensas ao professorado, Everton, em Assembléia do dia 19/03, foi taxativo ao lembrar: “a greve não foi precipitada. Surgiu de dentro de nossas famílias. Assumimos apenas a vanguarda do movimento nacional. Não somos agitadores. Não somos capachos de diretores. Apenas estamos dando uma aula de como se faz uma greve, ordenada, pacífica, com motivos justos e lógicos”. (Diário de Minas 20/03).

Neste jogo de acusações à procura de alguém que assumisse a responsabilidade da solução do movimento grevista, Clóvis Salgado acabou por unir professores, diretores e estudantes numa frente comum contra as medidas do governo. A solução, emperrada, foi-se arrastando lentamente, o que levou Joaquim Rosa a criticá-la: “em qualquer país do mundo, a questão seria resolvida em 24 horas. O governo está cozinhando galo em água fria, o que é uma má política”. (Diário da Tarde – 19/03/59).

Diante dos fatos, só havia uma solução: ou recuariam os grevistas, ou o governo. Os professores, em Assembléia do dia 20, decidiram continuar em greve até que fossem atendidas suas reivindicações. Para Lambert, “os mestres não seriam diminuídos por causa deste movimento inédito no Brasil”. (O Diário 20/03/59).

Para solucionar a maior crise do sistema educacional brasileiro, foi designada pelo Ministro Clóvis Salgado, uma comissão (Gildásio Amado – Padre Artur Alonso e José Jardim Araújo) que elaborou um relatório propondo os meios necessários à distribuição de compensações aos Colégios. O Conselho do Fundo Nacional do Ensino Médio aprovou, com ligeiras modificações, o projeto de lei que aponta finalmente ao Ministério da Educação a solução conciliatória que deveria ser entregue ao presidente JK, para dar parecer final. Por este projeto, as anuidades teriam um acréscimo de 10% sobre os valores de 1957. A União, através do Fundo Nacional de Ensino Médio, contribuiria com 20 e 25% das anuidades sendo o pagamento feito em duas parcelas: uma até 31 de maio e a segunda até 31 de outubro. O cálculo das suplementações será feito na base da lista de alunos matriculados encaminhada ao MEC. A TENEM decidirá os casos excepcionais.

Às 13 horas do dia 21, o professor Hely Menegale, diretor do Departamento Nacional de Educação, compareceu à sede a Federação dos comunicados Estabelecimentos de Ensino para comunicar, oficialmente, que o Presidente JK, havia assinado o decreto das suplementações das anuidades.

A notícia foi comunicada em Assembléia e, com a aceitação do documento, os Sindicatos suspendem a greve à zero horas do dia 22 de março. O Sindicato dos Professores aclamou a vitória: os professores, a partir de 1º de março teriam aumento de 35%.

Os proprietários, na opinião de Samuel da Rocha Barros, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos, “abriram um crédito de confiança ao governo, cedendo diante do impasse criado em torno do problema que não poderia ficar insolúvel. Aguardamos a regulamentação do decreto e que o governo cumpra o compromisso”. (Diário da Tarde – 23/03/59).

Dos acontecimentos de 59, podemos afirmar que a classe vitoriosa, proclamou a independência do professor particular? Se proclamou, até quando?

É verdade que o aumento de 35% proporcionou-lhes um imprescindível equilíbrio econômico. Mas inaugurou também uma nova era de relações professor-diretor. Tanto que o Acordo de 1960, levando em conta o alto custo de vida, procurou obter um nível modesto de reajuste, correspondente ao percentual de anuidades, com o objetivo de não tumultuar o País com mais um protesto e demonstrar ainda a unidade entre patrões e empregados. Foi um acordo, disse Levindo Lambert, de cunho patriótico e Juscelino era meu amigo pessoal.

## **QUARTA FASE – “RENOVAÇÃO E DINAMIZAÇÃO” – 1960 A 1966**

1 - O título desta fase está entre aspas porque se trata do lema da campanha da chapa do Prof. Ewerton Hudson Possas. Foi realmente um período de dinamismo e renovação, prova-o a alternância de três presidentes à frente do Sindicato em apenas 6 anos.

Dois fatos internos colocam frente a frente dois líderes do Sindicato dos Professores, no final de 1960, gerando a crise que finaliza com a carreira de um e inicia a de outro à frente da entidade. Prof. Levindo Lambert e Prof. Ewerton Hudson Possas.

Em 1960, o Sindicato deveria realizar duas eleições, uma para composição de Diretoria e outra de Delegado eleitor. Na primeira houve a denúncia do Prof. Ewerton de que o Edital de convocação não dera prazo suficiente para organização de uma chapa de oposição e vira nisto uma manobra do Presidente Levindo, para manter uma chapa única de sua confiança e interesse encabeçada pelo Prof. Francisco de Paula Machado. A partir desta denúncia, foi exigido o cancelamento do Edital de Eleições, desencadeando uma série de contra tempos no seio da entidade que acabou ganhando as páginas dos jornais e o conhecimento da opinião pública. Foi feito um abaixo-assinado dos professores por colégios exigindo o cancelamento do Edital e por fim o próprio candidato do Prof. Levindo Lambert acabou por renunciar à candidatura com todos os seus colegas de chapa. O segundo fato, a eleição para Delegado/eleitor, também denunciada pelo Prof. Ewerton como mais uma manobra do Prof. Levindo para manter professor de confiança no cargo, acabou por completar a crise. O Prof. Levindo, não encontrando condições para resolvê-la a nível de entidade, resolve denunciar os acontecimentos ao Delegado Regional do Trabalho em carta, acusando “um grupo de professores” de tumultuar o seu trabalho e o Sindicato dos Professores. A 18 de dezembro de 1960, a Delegacia Regional do Trabalho designa o Sr. Lamounier Navarro Bahia, como administrador do Sindicato dos Professores, decretando assim a intervenção com o prazo de 90 dias para realização de eleições.

A 12 de março de 1961, realizam-se as eleições para Diretoria do Sindicato e pela primeira e única vez, concorrem duas chapas, uma encabeçada pelo Prof. Francisco de Paula Machado, que obteve 134 votos, e outra encabeçada pelo Prof. Ewerton Hudson Possas, que obteve 194 votos, e, portanto, eleita. (Chapa A – 194 votos – Chapa B – 134 – nulos – 03 – em branco – 01).

2- De 1961 a 1962 – O Prof. Ewerton Hudson Possas inicia com sua gestão, esta fase como afirmamos acima foi de muito dinamismo. Basta ler o primeiro número do jornal “Sindicato e Ensino” uma de suas primeiras realizações, publicado em julho de 1961, cujos assuntos em seu expediente nos dá bem a antevisão do que seria este período. “A campanha dos 2.000 sócios”, “A questão salarial”, “Criação do Departamento Jurídico”, “A penosa marcha do projeto de aposentadoria dos professores”, entre muitos outros temas de igual importância.

Neste período realiza-se também a reforma dos Estatutos da Entidade. Devido aos acontecimentos no final da gestão Lambert, o calendário das eleições foi alterado, e a próxima eleição para a diretoria deveria coincidir com as férias escolares. Para evitar esse contratempo, o professor Ewerton renuncia a 25 de agosto de 1962, dando ensejo a composição de uma Junta Governativa sob a presidência do professor Jenner Procópio Alvarenga, a fim de convocar eleições no prazo de 60 dias.

3- De 1962 a 1966 – Nesse período duas gestões consecutivas e alternadas continuarão na linha de ação proposta pela nova liderança. Apesar das eleições com chapas únicas, constata-se aqui nítida preocupação não continuísta: dois presidentes entre 1962 a 1966, Prof. Gutemberg Alvim e Joaquim Rosa.

O Sindicato, consolidado e mais seguro nas suas reivindicações, e com uma categoria mais esperançosa, passa a preocupar-se também com o bem-estar do professor, executando a partir daí uma política assistencialista. Na gestão Gutemberg prevalece, sobretudo, o bom senso, que muitos poderão confundir com timidez. Declara-se contra a “Declaração de Princípios dos Professores do Rio de Janeiro” mas dá apoio à greve dos professores dos colégios oficiais. Entra em atendimento com a direção do SESC para a construção de um pavilhão na Colônia de Férias, destinada aos professores; discute ampliação da sede e a criação da Federação Mineira dos Professores. Na gestão do professor Joaquim Rosa concretiza-se a ampliação da sede com a compra de salas contíguas. O Sindicato amplia o Departamento Jurídico e organiza outros: o profissional, assistência social, interior e relações públicas, continua a circulação do jornal “Sindicato e Ensino”, com edição mensal. Nomeia o professor Ewerton Possas para o Departamento do Interior com objetivos de estreitar os laços do Sindicato com o professorado do interior. Constitui também uma Comissão de Assistência Profissional dos funcionários administrativos das Escolas. Contrata o professor Gutemberg Alvim para dar assistência jurídica gratuita aos professores associados e não associados.

O grande acontecimento desse período foi a deflagração da greve a 17 de março de 1966, cuja causa principal foi o fim da política da “boa vizinhança” entre o Sindicato dos Professores e o Sindicato Patronal. (Veja apêndice II – Greve).

4. Características gerais desta fase (1960/1966). O movimento sindical cresce assustadoramente nos três primeiros anos da década. É o apogeu do sindicalismo brasileiro. As lideranças sindicais e os trabalhadores aproveitaram os anos de desenvolvimento do processo democrático desde os anos 1950, para se libertarem do peleguismo e das rédeas do poder e que estavam submetidos os sindicatos. Buscam a unificação das entidades sindicais no sentido do fortalecimento do sindicalismo, uma vez que a legislação sindical permanecia intacta. A amplitude do movimento sindical avançava, ao que tudo indica, à revelia dos poderes constituídos e ao mesmo tempo que desenvolvia estes mesmos poderes,

o medo do fantasma da “República Sindicalista”, da organização de uma Central Sindical dos Trabalhadores (CGT) QUE AO INVÉS DE FORTALECER O GOVERNO DO PRESIDENTE João Goulart, levou-o à queda em 1964, desencadeando violenta repressão às instituições progressistas e particularmente aos sindicatos mais combativos.

O Sindicato dos Professores vive estes momentos com parcimônia, não ousa mais do que pode fazer. A própria queda do Prof. Levindo em 1960, e a conseqüente ascensão do Prof. Ewerton é um sintoma das mudanças ocorridas externamente e que atingem o cerne do nosso Sindicato. Exige-se uma liderança em condições de acompanhar o ritmo do novo sindicalismo. A greve de 1959 fora uma lição importante para os professores, não no sentido de ser a única forma de conquistar espaços, porém mais precisamente ao evidenciar para a própria categoria o seu amadurecimento e capacidade de atitudes sérias e conscientes diante dos contratempos.

Este processo não teve continuidade após 1964. O Estado restabelece todo o seu poder de pressão e controle. Além de extinguir as organizações sindicais, reformulou os sindicatos, fez cumprir a legislação castradora da representatividade, tornando os sindicatos órgãos assistencialistas e agentes intermediários entre o Estado e a classe trabalhadora. É neste clima o contexto que viverão doravante, todos os sindicatos, mas nem por isso, o movimento sindical perde de todo a sua força, que na realidade reside em suas bases, e suas bases são os trabalhadores que sofrem as dificuldades do dia-a-dia, da inflação que continuará em ascensão, do custo de vida cada vez mais alto face ao arrocho salarial imposto pelos primeiros governos após 1964. E assim, os movimentos grevistas eclodem novamente por todo o país. Em 1966, a greve dos professores mineiros (ver apêndice II – Greve) acontece num clima de muita seriedade e firmeza, diante da incerteza e da insegurança reinante no país.

## APÊNDICE II

### “A greve de 1966”

#### SINOPSE DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

“Virou moda de novo, como nos tempos de Goulart, valer-se da greve como meio de conseguir reivindicações e exigir o cumprimento dos direitos”. Foi assim que o “Diário da Tarde” de 17 de março anunciou a greve deflagrada pelos professores, à zero hora do dia 16 de março de 1966. A greve dos professores era a quinta em Minas Gerais naquele ano, precedida por três na Cidade Industrial e uma dos estudantes secundários. (1963 – tempos de Goulart: 50 greves só no Rio de Janeiro – Diário de Notícias 29 e 30/12/63. Até 15 de janeiro de 1964, houve 17 greves – Correio da Manhã 19 e 20/01/64).

Como os operários e estudantes, apesar da crise sócio-política que ameaçava o Brasil, os professores iniciaram uma luta para recompor sua capacidade aquisitiva, deteriorada pela alta do custo de vida.

A política de unidade entre patrão-empregado iniciada com o acordo de 1960 e que norteou durante sete anos as relações dos Sindicatos dos Professores e Proprietários, caiu por terra em 66, quando os diretores “fincando pé” insistiram em reajustar os salários em 15%. As anuidades escolares, reajustadas em 25% levaram os diretores a decretar o fim da “política de boa vizinhança” e do “clima amistoso onde não existia luta de classe entre os dois Sindicatos e possibilidade de greve para aumento”, como afirmou Joaquim Rosa, em relação às negociações do Acordo Salarial de 1966.

Já em dezembro de 1965, a Comissão Partidária elaborava o esboço do acordo de 66, reivindicando um reajuste de 50% já que o custo de vida, dentro da política salarial, atingira os níveis de 60%. Quando foi fixado o teto de anuidades em 25% sobre 1965, os diretores recuaram a zero por cento os reajustes de salário, oferecendo paternalmente 15% aos professores. Mas, a reação veio logo. O clima de passividade da categoria, de repente se transformou, apesar do contexto histórico da época.

Aos professores, depois que a Comissão indicada pelo Sindicato dos Professores, voltou do Rio de Janeiro, na estaca zero, quando ali esteve tentando entendimentos com as autoridades competentes, restavam apenas três opções:

- 1- aceitar os 15%
- 2- instaurar o dissídio coletivo
- 3- entrar em greve para reivindicar um salário junto

A Assembléia Geral de 9 de fevereiro, decidiu por unanimidade entrar em greve, diante do recuo dos diretores. As classes patronais, disse Joaquim Rosa, presidente dos Sindicatos dos Professores, "têm as mãos livres para aumentar o preço de seus produtos. A classe assalariada tem de aceitar sem grito o que o governo permite. No Brasil, com ou sem Revolução, o professor particular é tratado dessa maneira. E ainda querem que o ensino seja bom". (Última Hora – 11/02/66).

Na Assembléia de 5 de março, a greve foi aprovada pela grande massa de votantes: 284 professores, dos 287 presentes, votaram o sim pela greve. O sindicato cumpriu todos os preceitos da Lei 4330 do Direito de Greve de 01/06/64: a greve será deflagrada à zero hora do dia 16 de março.

Nas audiências de conciliação dos dois sindicatos, os diretores, mostraram-se cada vez mais intransigentes, o que levou Ewerton a reclamar: "Suplicy de Lacerda permitiu aumento de 25% nas anuidades sem conceder nenhum benefício ao professor". (Ata de Assembléia 02/03/66).

Mas a realidade brasileira era outra. A solidariedade foi mais velada que em 59. O apoio não se manifestou abertamente. Os professores receberam, por exemplo, com surpresa, a notícia da recusa do Presidente da Federação do Comércio, em emprestar a sede para a Assembléia dos Professores, alegando que "o movimento paredista era contra as normas de conduta da Federação". (Diário de Minas 25/02/66). Ou ainda quando Eduardo Mendes de Castro, presidente da UCMG, declarou em Assembléia que "apesar da UCMG ser solidária com os professores não iria decretar greve, porque as condições políticas não permitiam. E mais, não visamos as anuidades, professores e sim Escolas Públicas". (Diário de Minas 26/02/66).

Quando os jornais anunciaram a rapidez com que a greve se alastrava pela Capital e interior e as notícias de solidariedade de outros estados chegavam ao sindicato, o poder coercitivo dos diretores veio à tona. Os professores não vão perder seus vencimentos e nem os alunos terão de frequentar aulas em julho, confirma o Sindicato dos Professores. A greve é legal e decorreu de acordo com as exigências da Lei do Direito de Greve.

Os professores mostraram a força da união, diante das pressões e apelos das autoridades: - a volta às aulas estava na dependência da Delegacia Regional do Trabalho, e na aceitação das reivindicações.

Alguns Colégios, diante dos acontecimentos, prometeram de 40 a 50% de reajuste indiferente ao resultado da greve. Outros, no entanto, tentaram esvaziar o movimento grevista, através de ameaças pessoais ou publicações comunicando o fim da greve, ou denunciando professores ao DOPS, acusando-os de desrespeitar os diretores e aliciar a greve. Em represália á prisão de dois professores, o diretor envolvido na denúncia foi expulso do quadro de associados do Sindicato dos Professores.

A ordem geral era: permanecer em greve pacífica. Qualquer coação deveria ser levada ao conhecimento do Sindicato que entregaria a questão diretamente à Justiça. A “política da boa vizinhança” acabou.

Apesar das arbitrariedades dos diretores, da pressão social, das prisões, retenção de salários e demissões, os professores continuaram a exigir seus direitos. “A greve está cara”, confirmou Joaquim Rosa. “Pode durar até 0 dias. Mas, os mestres não podem atender ao apelo de suspender a greve, em nome do alto sentido da cultura”. (Última Hora – 22/03/66).

Por outro lado, os diretores continuaram firmes. Recusaram a comprometer-se por escrito a atender as reivindicações e percentual do salário-aula, durante a reunião conciliatória da DRT. Diante do impasse, a greve continuava na Capital e Interior do Estado, despertando a consciência da classe em todo o País e o Poder Público para os problemas do professor particular. “Estamos dando uma grande aula de prática educativa à juventude” disse Joaquim Rosa. (Proclamação sobre o término da greve – 16/04/66).

Esgotadas todas as possibilidades de conciliação e acordo, foi criada uma “Comissão Mediadora” – Professor Onésimo Vianna, Dr. Carlos Mário da Silva Veloso, Dr. Jenner José de Araújo e Dr. Vicente de Paulo Sette Campos – que passou a dirigir as negociações, tentando por fim ao movimento grevista.

A Comissão, depois de vários contatos com as partes, reuniu-se com os representantes dos Sindicatos, em um debate, por mais e oito horas consecutivas. Ao final os professores “arrancaram dos diretores” (Boletim nº 17 da Greve) a proposta favorável a ambos. Levada em Assembléia tanto professores como proprietários, ratificaram as bases: manutenção das reivindicações tradicionais; aumento salarial de 30% a partir de 1º de março de 1966; proibição do aumento de anuidades escolares acima de 25%.

A 05 de abril, para a comunicação oficial, houve nova reunião, esta festiva, na Secretaria do Trabalho, onde foi lavrado o competente instrumento do acordo salarial entre os dois sindicatos. Com a presença de jornalistas, Comissão Mediadora, professores, diretores e o General Dióscoro Gonçalves do Valle; a greve chegou ao fim.

Ao que tudo indica diretores e setores oficiais não acreditaram muito na greve quando ela eclodiu. Mas, ela veio e resistiu vinte dias, obrigando população, autoridades, diretores e professores a tomarem uma posição definida. O Sindicato cumpriu seu dever. Abriu suas portas ao movimento grevista que provocou implicações amplas e profundas.

As autoridades agiram rápido para solucionar o problema quando a greve adquiriu proporções nacionais de solidariedade. “Foi o grito de protesto que já

tardava”. Assim o jornal Sindicato e Ensino (Maio 66) definiu a greve. Para a família mineira, ela trouxe desassossego. Mas, no fundo o levante pacífico dos professores representou um toque de alarme contra o abandono em que vive a classe: esquecida, mal compreendida pelos diretores e elites dirigentes.

## QUINTA FASE – O CASO DO CONTINUÍSMO – 1967 A 1979

1. Uma explicação necessária: A tendência do continuísmo de nossas lideranças do passado, voltou nesta fase. O que caracteriza o continuísmo, em nosso Sindicato, até agora, não é a simples permanência de um presidente e seu grupo de sustentação à frente da entidade por várias gestões, mesmo porque, desde que o estatuto permita e as eleições o sufraguem, demonstrando a vontade da categoria, nada há o que contestar. O que é preciso esclarecer a respeito do continuísmo dos presidentes José de Alencar Navarro, Levindo Lambert e Ewerton Pôssas foi a sua incapacidade de conviver com a oposição, não lhe reservando lugar e espaço para atuação. A natureza desse tipo de continuísmo é responsável pela falta da prática democrática necessária ao aprimoramento e renovação dos quadros de liderança da entidade e geralmente leva quem está na direção ao paternalismo como prática política e a achar-se insubstituível e não saber o exato momento de ceder o lugar; e a categoria por sua vez, à acomodação e aceitação do processo como natural. Quando a situação externa muda provocando transformações internas na entidade, conseqüentemente a oposição latente desperta e assume o seu papel. É neste momento que o continuísmo mostra o seu conteúdo negativo, a falta de preparo da direção para conduzir o novo processo e enfrentamento da oposição e então, apela para saída mais “fácil” renúncia ou denuncia os seus “desafetos”. Foi este fenômeno repetido por três vezes em contextos naturalmente, semelhante, na trajetória do nosso Sindicato.

2. De 1967 a 1969 - Mais uma vez se usou o recurso de não convocar eleições por motivos de calendário, compondo novamente, uma Junta Governativa para dirigir o Sindicato sob a presidência do Prof. Jenner Procópio de Alvarenga a 23 de novembro de 1966. Esta Junta antes de realizar as eleições deu início ao acordo inter-sindical para 1967, pleiteando um aumento de 40%. Marcou eleições para o dia 10 de março de 1967. Registrou-se uma chapa encabeçada pelo Prof. Ewerton H. Possas, que iniciou um período de 12 anos consecutivos que somados de sua primeira passagem frente a Diretoria do Sindicato, totaliza 14 anos, portanto a mais longa permanência de um Presidente até o presente.

3. 1969 a 1971 - Continuando à frente do Sindicato o Prof. Ewerton Possas, com a dinamização que caracterizara suas gestões anteriores, empreende neste período uma série de realizações no âmbito interno, tais como: aquisição de nova sede do Sindicato, à rua Tupinambás, 179, 14º andar, cuja inauguração se deu a 06 de dezembro de 1970; convênios com o INPS, para prestação de serviços médicos aos associados, com montagem de ambulatório na antiga sede da rua Carijós, 136; discutiu-se pela primeira vez o salário do professor na base do salário-aula, o acordo de 1970, cujo salário-base para capital foi de Cr\$2,75 e o interior Cr\$2,55. No âmbito externo procurou dinamizar a política sindical da entidade. Viaja a Brasília para discutir com o Ministro da Educação o Cel. Jarbas Passarinho a Reforma do Ensino, a Volta Redonda-RJ, Rio de Janeiro e Brasília para discutir sobre a “Ordem dos Professores”, discute a participação do Sindicato no Congresso da FITEE (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), em Belém do Pará.

4. De 1972 a 1978 – São mais dois períodos consecutivos do Presidente Ewerton à frente do Sindicato. Desta vez caracterizados pelo aprimoramento burocrático da entidade. Aperfeiçoa o sistema de distribuição de bolsas aos filhos dos professores ou dependentes, amplia os convênios com médicos, odontólogos e casas comerciais (ópticas),

aumenta o quadro de funcionários e de veículos para melhor atendimento, corta a circulação do jornal “Sindicato e Ensino” por motivos econômicos e o substitui por boletins. É autorizado a partir daí a discutir quase todos os acordos com o Presidente do Sindicato Patronal, o Sr. Roberto Dornas, que na gestão do presidente Joaquim Rosa pertenceu ao Conselho Fiscal do Sindicato dos Professores. Efetivou a compra do 13º andar, ampliando a sede da entidade que passa agora a ocupar dois andares do edifício da rua Tupinambás, 179, 13º e 14º; discute e aprova um regimento interno que passa vigorar a partir de 1º de janeiro de 1976; pleiteia a inclusão nos próximos acordos intersindicais dos cursinhos, supletivos e superior, aumentando a comissão paritária em três: 1ª para cursos pré-escolares e 1º e 2º graus, 2ª para supletivos e vestibulares e a 3ª para cursos superiores. Reajusta as mensalidades dos associados que estavam congeladas há 04 anos.

5. 1979 - A gestão que completaria seu mandato em 1980, interrompe-se em maio deste ano.

A renúncia do Prof. Ewerton e toda sua diretoria se deu a 27 de maio de 1979, forçando a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, que indicou o Dr. Marley Alves Rezende como administrador do Sindicato para realizar a próxima eleição.

Fim melancólico para um presidente e seus companheiros que demonstraram em sua carreira frente ao Sindicato o denodo com que trabalharam em prol da entidade, coragem, intrepidez e arrojo se levarmos em consideração que esta fase se deu nos anos mais cruciais da vida política nacional, com os atos institucionais, o AI 5 principalmente, de famigerada lembrança, o decreto 477 e outros meios de coerção e subordinação.

O que levou o prof. Ewerton a renunciar com toda sua diretoria? As respostas são muitas e complexas. Suas próprias considerações a respeito, são de ordem legal, ou seja, não assumir “o movimento dos Professores à revelia do Sindicato”, porque a categoria e o sindicato tinham um acordo firmado a cumprir e não poderia reivindicar, naquele momento outro acordo, não tinha base de lei para isto, e uma greve seria também ilegal para forçar outro acordo. Argumentou também que nas reuniões dos professores e seus boletins, havia uma série de denúncias injustificáveis e ofensivas à sua pessoa e à diretoria. Como a categoria não se manifestara em sua defesa, sentiu ele e os demais membros da diretoria que o caminho a seguir era a renúncia. A convite do Delegado Regional do Trabalho, Dr. Onésimo Vianna de Souza, foi explicar na Delegacia a crise do Sindicato.

Por outro lado, os professores que lideraram o “movimento à revelia do Sindicato”, levantam as seguintes considerações: o movimento sindical voltou à ativa. Em São Paulo com as greves do ABC, no Rio com as greves dos professores da rede particular e oficial, em Minas as greves dos operários da construção civil, das professoras primárias e demais professores da rede oficial, que deu ensejo ao surgimento da UTE e alcançou outras vitórias devido a tenacidade e resistência demonstram claramente o novo contexto de luta dos trabalhadores. As causas desses movimentos foram as sucessivas perdas de nível aquisitivo do povo brasileiro, devido ao arrocho salarial que estava submetido há quase duas décadas. O próprio governo reconhecia, àquela época, que os salários e principalmente o salário mínimo não correspondiam à realidade e necessidades vitais diante do alto custo de vida e da inflação galopante. Todos os acordos e inclusive o dos professores mineiros estavam defasados em mais de 150%, segundo dados estudados

nas estatísticas do DIEESE, e no entanto, o acordo para 1979, fora firmado com base em 50%. As greves de apoio ao movimento da rede pública, foram transformadas em greve de reivindicação para a própria categoria. Foram desorganizadas e sem adesões de toda a categoria, devido à falta de apoio da direção do Sindicato que não abriu suas portas aos professores. Mesmo assim, a categoria correspondeu, às vezes com o silêncio em não defender a diretoria e em parte participando do movimento, de suas campanhas e reuniões em locais diferentes como os auditórios das FAFICH, da Faculdade de Direito, de Medicina e do Sindicato dos Bancários. Estas reuniões, no auge do movimento, chegaram a contar com número aproximado de mil professores, número este que nenhuma assembléia do Sindicato jamais obteve.

O prof. Ewerton tinha todo o direito de defender suas posições, porém preferiu fazê-lo longe da categoria. Poderia ter convocado uma assembléia extraordinária, expor os pontos de vista da diretoria e discutir democraticamente com os professores o que a categoria pretendia. Se permanecer com o acordo já firmado ou partir para outras reivindicações. A assembléia é soberana para resolver sobre estas questões e a categoria para assumir suas resoluções e naturais conseqüências.

Com o caminho da renúncia, o prof. Ewerton entregou a entidade à intervenção enfraquecendo-a diante do Sindicato dos Estabelecimentos, pois a intervenção levou mais de três meses para decidir sobre a eleição, deixando o sindicato acéfalo e sem condições de discutir o acordo para 1980. As conseqüências deste ato permaneceram e influíram, o acordo de 1980 foi para dissídio e houve muita relutância por parte do Sindicato patronal em aceitar a legitimidade da nova diretoria do Sindicato.

Não nos cabe aqui neste trabalho de pesquisa fazer um julgamento da ação e do papel exercido pelo prof. Ewerton à frente do Sindicato, constatamos apenas o que ele fez de positivo e de negativo por que os fatos dizem por si mesmos, e os resultados confirmam. Não se pode negar a evidência quando os fatos são documentados e registrados, quanto a julgamento cabe, a todos aqueles que tem acesso a esses fatos fazê-lo por conta própria.

## FASE ATUAL - 1980 A 1982

O administrador do Sindicato, Dr. Marley Alves Rezende, da Delegacia do Trabalho, convocou eleições para os dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1979. Registrou-se apenas uma chapa composta pelos seguintes professores, Guilherme Tell Quintão Furtado, Fernando Vianna Cabral, Márcia Maria Rezende e João Antônio Filocre Saraiva, mais os candidatos ao Conselho Fiscal e Delegados Representantes (ver relação das Diretorias). Todos estes professores que compõem a atual diretoria, tiveram participação destacada nos movimentos de 1979. Nenhum participou de cargos ou teve qualquer função anterior no Sindicato, todos jovens professores, atuantes e decididos a lutar em prol da entidade como ficou demonstrado nas jornadas de 1979, por ocasião do “movimento à revelia do Sindicato”. Praticamente desconhecidos da grande maioria dos professores, até então conquistaram a simpatia do professorado pela sinceridade e vontade com que se dispuseram a trabalhar, num momento em que o Sindicato fechava suas portas ao clamor da categoria.

Como quase todas as diretorias anteriores, essa começou também com muito fôlego e dinamismo para realizar. E como toda diretoria que enfrenta pela primeira vez uma direção, esta também teve de se adaptar aos padrões funcionais e burocráticos. Enquanto isto em prática simultaneamente sua plataforma e esperanças. A própria diretoria depois de dois anos de atuação fez um balanço de auto-avaliação do seu trabalho, editado no “Extra-Classe” de junho/julho/1982, cuja edição já se encontra em franca distribuição aos professores, a qual anexaremos a este trabalho de pesquisa como base para se levantar um perfil da atual diretoria. Mesmo assim, deixaremos aqui uma resenha de suas principais realizações.

27/05/1979 - Renúncia da Diretoria do Sindicato - Renúncia coletiva.

### **Fim da Fase Ewerton**

01/06/1979 - Intervenção da D.R.T. indicando como Administrador do Sindicato Dr. Marley Alves Rezende.

13 a 15/12 - Eleições - Chapa única.

01/01/1980 - Posse da nova Diretoria do Sindicato sob a presidência do Prof. Guilherme Tell Quintão Furtado Gomes.

### **Início da Fase Atual**

20/01/1980 - Primeira reunião da Diretoria eleita – Proposição do programa e análise da diretoria anterior e da situação do professorado.

23/01/1980 - Discussão sobre o acordo de 1980.

23/02/1980 - Contratação do Dr. Patrus Ananias de Souza para assistência jurídica aos associados.  
Filiação ao DIEESE.

29/02/1980 - Reestruturação dos Departamentos.

17/05/1980 - Continua discussão sobre o acordo de 1980, devido à intransigência do sindicato patronal para com a nova diretoria.

17/05/1980 - Resoluções sobre o jornal a ser impresso “Extra Classe”.

29/01/1980 - Solidariedade à Greve do ABC de São Paulo.

15/05/1980 - Campanha de sindicalização em massa.

20/09/1980 - Filiação à FITEE.

28/10/1980 - Credenciamento de delegados sindicais em vários colégios da Capital e Interior.

13/11/1980 - Proposta para acordo de 1981.  
Comissão para compra do 12º andar do edifício onde funciona a atual sede do sindicato, que se efetivou em março de 1981.

09/12/1980 - Proposta para vinculação dos acordos de 1980/1981.

10/01/1981 - Congresso da FITEE em Manaus será representante do Sindicato os professores Elias Antônio Jorge e Wellington Gomes.

- 01/02/1981 - Contratação do Dr. João Bosco Pinto Lara para assistente jurídico junto aos associados.
- 15/04/1981 - Aprovada a criação do escritório regional de Montes Claros com inauguração marcada para 25/04/1981.  
Idem, Governador Valadares para o dia 06 de junho.
- 03/06/1981 - Formada comissão para elaboração do projeto do I CONSINPRO.
- 10/08/1981 - Participação na I CONCLAT.
- 14 a 18/10 de 1981 - Realização do I CONSINPRO.
- 26/10/1981 - Balanço do I CONSINPRO.  
Envio ao Governador Francelino Pereira e ao Presidente do Sindicato Patronal Sr. Roberto Dornas, relato das resoluções do I CONSINPRO.  
Discussão da campanha salarial para 1982.
- 07/11/1981 - Assembléia para início da Campanha Salarial/1982.
- 15/11/1981 - Ato público com participação de caravana à Brasília para obter resposta às reivindicações ao governo pela Comissão PRÓ-CUT.
- 26/11/1981 - Viagens ao interior em preparação à Campanha Salarial/82.
- 25/01/1982 - Negociação com o Sindicato Patronal na D.R.T.
- 25/01/1982 - Decidida a participação de Elias Antônio Jorge e Wellington Teixeira Gomes como representantes do Sindicato da XXXI Reunião do Conselho de Representantes da FITEE, dias 15 e 18 de fevereiro em Goiânia.
- 27/02/1982 - Participação do SINPRO-MG no I Congresso da Mulher Mineira.  
Apoio aos operários em greve de Barão de Cocais.
- 13/03/1982 - Avaliação das atividades realizadas pela diretoria em 1981.  
Proposta de trabalho para 1982.  
Discussão para organização do II CONSINPRO.
- 29/03/1982 - Participação dos professores Elias Antônio Jorge, Edson de Paula e Carlos Magno no seminário do DIEESE.
- 26/04/1982 - Preparação da reunião com a diretoria do SESI, referente diminuição dos salários dos professores daquele estabelecimento.  
Preparação do II CONSINPRO.
- 24/05/1982 - Proposta do Departamento de Educação para discussão do anteprojeto de reformulação da lei 5.692.

Decidida a participação dos diretores: Rosalina Braga, Márcia Rezende, Isis de Oliveira e Inês Gomes na 2ª Conferência Brasileira de Educação em Belo Horizonte nos dias 10, 11 e 12 de junho.

Designados os diretores Guilherme Tell e Carlos Magno para participar da plenária do Movimento Mineiro no dia 19 de junho.

21/06/1982 - Organização do II CONSIPRO.

26/06/1982 - Prestação de Contas do exercício de 1981, perante Assembléia Extraordinária.

Início discussão de avaliação da atual gestão.

21/07/1982 - Preparação do II CONSINPRO.

Avaliação da atual gestão (ver edição do “Extra-Classe” junho/julho de 1982).

**RELAÇÃO DE TODAS AS DIRETORIAS DO SINDICATO  
1933 a 1982**

PERÍODO: 02/04/1933 a 21/05/1933

DIRETORIA: Presidente: Prof. Dr. Henrique Marques Lisboa – Dr. Francisco Falcão – Prof. Heli Menegale – Prof. Dr. Arthur Versiane Veloso – Profa. Carmem de Melo – Prof. Nivaldo Reis – Profa. Nicolas Marie Donnard.

PERÍODO: 09/06/1938 a 06/03/1941

DIRETORIA: Presidente: Frederico Burgos – Demais membros: Jaime de Souza Martins – Modestino Guerra.

PERÍODO: 06/03/1941 a 06/02/1946

DIRETORIA: Presidente: José de Alencar Navarro – Martim Francisco Ribeiro – Tesoureiro: Alberto Mazoni de Andrade – Suplentes: João Inácio da Costa Santos – Euclides Macedo Fernandes – Antônio Silva – Conselho Fiscal: Orlando Carvalho – José Inocêncio dos santos – José Bonifácio Sobrinho – Fausto Gonzaga – Edson Vinagre.

PERÍODO: 10/11/1948 a 26/10/1952

DIRETORIA: Presidente: Levindo Furquim Lambert – Geraldo Sardinha Pinto – João Fernandes – João Camilo de Almeida – José Inocêncio dos Santos – Rogazino Antunes Carlos Ribas – Suplentes: Antônio Pedro Baroni – Augusto de Azevedo Starling – Edison Vinagre de Andrade – José dos Prazeres Ferreira – Jurandir Gonzaga – Pedro Paulo Kroling – Conselho Fiscal: Décio Furtado de Mendonça – José Geraldo de Faria – Onofre Gabriel de Castro – Suplentes: Maria Lúcia Viotti – Palestina Alves Ferreira – Orozimbo Herculano de Melo.

PERÍODO: 26/11/1952 a 30/10/1954

DIRETORIA: Presidente: Levindo Furquim Lambert – Geraldo Sardinha Pinto – Nivaldo Reis – José do Patrocínio Filho – José Tavares de Souza – Pedro de Souza e Silva – Suplentes: Mauro Mendes Vilela – Antônio Pedro Baroni – Orozimbo Herculano Melo – Wellington Armanelli – Onofre Gabriel de Castro – Cândido Ubaldo Gonzalez – Conselho Fiscal: Geraldo Magela de Rezende – Lauro Antunes Morais – Henrique Morande – Suplentes: Arthur Fonseca – Amaro Xisto de Queiroz – Antônio Trindade.

PERÍODO: 27/11/1954 a 18/11/1956

DIRETORIA: Presidente: Wellington Armanelli – Nivaldo Reis – Geraldo Magela de Rezende - Orozimbo Herculano de Melo – José Tavares de Souza – Mauro Mendes Vilela – Suplentes: Antônio Pedro Baroni – Ragozino Ribas – Cândido Ubaldo Gonzáles – Arthur Fonseca – Guilherme Azevedo Lage – Pedro Paulo Kroelling - Conselho Fiscal: Onofre Gabriel de Castro – Wladimir de Paula Gomes – Silvio Todeschi.

PERÍODO: 18/11/1956 a 23/11/1958

DIRETORIA: Presidente: Levindo Furquim Lambert – Nivaldo Reis – Francisco de Paula Machado – Cândido Ubaldo Gonzalez – Ragozinho Antônio Carlos Ribas – Geraldo Sardinha Pinto – Conselho Fiscal: Orozimbo Herculano de Melo – Antônio Pedro Baroni – José Geraldo de Faria.

PERÍODO: 23/11/1958 a 18/12/1960

DIRETORIA: Presidente: Levindo Furquim Lambert – Francisco de Paula Machado – Gastão da Costa – Onofre de Freitas – Dirceu Prado Moreira – Francisco Alves Ferreira – Suplentes: José Geraldo Guimarães Syllas – Agostinho Ferreira – Mauro Mendes Vilela – Alisson Pereira Guimarães – Amaro Xisto Queiroz – Conselho Fiscal: Antônio Pedro Baroni – Arthur Fonseca – Rodolfo de Abreu Bhering – Delegado junto à Federação: Francisco de Paula Machado – Levindo Furquim Lambert.

PERÍODO: 20/03/1961 a 28/08/1962

DIRETORIA: Presidente: Ewerton Geraldo Hudson Possas - Gastão da Costa Pinheiro – Joaquim Rosa – Syllas Agostinho Ferreira – Francisco Alves Pereira – Jenner Procópio de Alvarenga – Suplentes: Antônio de Abreu Rocha – Alberto Barbosa da Silveira – Raymundo Nonato Fernandes - Maria da Conceição Lobato Silva Felisberto – João Cãnfora – Francisco Gonzaga Soares - Conselho Fiscal: Waldemar Tavares Pais – Pedro Paulo Kroling – Guilherme Lage – Suplentes: José Martins Pinheiro Sobrinho – Paulo Roberto Baeta da Costa – Jair Moreira – Delegados junto à Federação: Ewerton Geraldo Hudson Possas – Jenner Procópio de Alvarenga – Francisco Alves Pereira – Suplentes: Dante Turra Júnior – Joaquim Rosa.

PERÍODO: 29/10/1962 a 26/09/1964

DIRETORIA: Presidente: Gutemberg Barbosa Alvim – Mauro Santos – Dante Turra Júnior – Alzifeu Nunan Feu de Carvalho - Conselho Fiscal: Hamilton Leite – Mauro Mendes Vilela – Waldemar Tavares Pais.

PERÍODO: 26/09/1964 a 23/11/1966

DIRETORIA: Presidente: Joaquim Rosa - Jenner Procópio de Alvarenga – João Cãnfora – Dante Turra Júnior – João Gualberto Teixeira – José Orglia Guimarães – Suplentes: José Miguel Pacheco – Zaira Tribst – Maria José Aparecida Almeida – Oscar Dias Vieira – Jefferson Augusto Marotta – Canirio Lunsck - Conselho Fiscal: Hamilton Leite – Jacy Ramalho Novais – Roberto G. P. Dornas - Suplentes: Else de Deus Pimenta B. Ferreira – Domingos Horta – Flávio José Lopes de Azambuja – Representantes junto à Federação: Ewerton G. P. Possas – Joaquim Rosa – Gutemberg A. Alvim – Suplentes: Jenner P. Alvarenga – Dante Turra – Alzifeu Nunan.

PERÍODO: 30/04/1967 a 31/05/1969

DIRETORIA: Presidente: Ewerton Geraldo Hudson Pôssas – João Cãnfora – José Miguel Pacheco – Wilson Raymundo Camargos D'Assunção – Suplentes: Honório de Queirós Rocha – Mauro Mendes Villela – Vital Pereira da Silva – Fernando Barbosa - Conselho Fiscal: Daniel Vale Ribeiro – Dante Turra Júnior – José Pereira – Suplentes: Hamilton Leite – Edson Vinagre – Roselys Castilho Nogueira - Delegados junto à Federação: Jenner Procópio Alvarenga – Ewerton G. H. Pôssas – João Cãnfora – Suplentes: Francisco Eliezer Maia – Ulpiano Guimarães – Geraldo Lara.

PERÍODO: 31/05/1969 a 31/05/1972

DIRETORIA: Presidente: Ewerton Hudson Pôssas – David Márcio Santos Rodrigues – José do Patrocínio Filho – Wilson Raimundo Camargos D'Assumpção – Suplentes: Elmo Anastácio da Silva – Caio Márcio de Amorim Pena – Carlos Antônio Junqueira – Francisco Eliezer Maia - Conselho Fiscal: Daniel Vale Ribeiro – Mauro Mendes Vilela – Rubens dos Santos - Suplentes: João Gualberto Teixeira – Edson Vinagre de Andrade – Mauro Santos – Delegados Representantes: Wilson Raimundo C. D'Assumpção – Ewerton G. H. Pôssas – Hamilton Leite – Suplentes: João Cãnfora – Alzifeu Nunan Feu de Carvalho – Vital Pereira da Silva.

PERÍODO: 31/05/1972 a 10/06/1975

DIRETORIA: Presidente: Ewerton Hudson Pôssas – Mauro Mendes Vilela - José do Patrocínio Filho – João Cãnfora – Suplentes: José Olymprio Soares de Faria – Francisco Eliezer Maia – Edison Vinagre de Andrade – José Pereira – Conselho Fiscal: (efetivos): Dante Turra Júnior – José Miguel Pacheco – Hamilton Leite - Conselho Fiscal (Suplentes): Alzifeu Nanan Feu de Carvalho – João Gualberto Teixeira - Delegados Representantes: Ewerton Geraldo H. Pôssas – José do Patrocínio Filho – João Cãnfora – Suplentes: Mauro Mendes Villela – Dante Turra Júnior – Hamilton Leite.

PERÍODO: 10/06/1975 a 31/05/1978

DIRETORIA: Presidente: Ewerton Geraldo Hudson Pôssas - Mauro Mendes Vilela - José do Patrocínio Filho – João Cãnfora – Suplentes: Paulo Rogério Junqueira Alvim – José Olympio Soares de Faria – Francisco Eliezer Maia – Raphael José Pelizari - Conselho Fiscal: Hamilton Leite – Dante Turra Júnior – Geraldo Lara – Suplentes: Alzifeu Nunan Feu de Carvalho – João Gualberto Teixeira – Alberto Gomes da Silva - Delegados Representantes: Ewerton G. H. Pôssas – João Cãnfora - Suplentes: Dante Turra Júnior – José do Patrocínio Filho.

PERÍODO: 31/05/1978 a 27/05/1979

DIRETORIA: Presidente: Ewerton Geraldo Hudson Pôssas – Mauro Mendes Vilela - José do Patrocínio Filho – João Cãnfora – Suplentes: Alberto Gomes da Silva – João Bento da Silva – Aluísio Rogério Junqueira Alvim – Hamilton Leite – Geraldo Lara – Suplentes: Antônio Augusto Junqueira Alvim – José Olympio Soares de Faria – João Gualberto Teixeira - Delegados Representantes: Ewerton G. H. Pôssas - Dante Turra Júnior – Suplentes: José Alípio de Resende – Roberval Ignácio de Araújo.

PERÍODO: 1980 a 1982

DIRETORIA: Presidente: Guilherme Tell Quintão Furtado Gomes – Fernando Vianna Cabral – Secretário: Márcia Maria Resende – João Antônio Filocre Saraiva - Conselho Fiscal: Rosalina Batista Braga – Inês Assunção Teixeira Gomes – Moacir Pereira de Souza - Delegados Representantes: Wellington Teixeira Gomes – Elias Antônio Jorge – Suplentes da Diretoria: Carlos Magno Machado – José Alaor Bueno de Paiva – Sérgio Manucci – Isis da Silva Oliveira – Suplentes Conselho Fiscal: Geraldo Honorato Marques – Ria Maria Ramos – José Neves da Silva – Suplentes Delegados Representantes: Geraldo Tibúrcio de Almeida e Silva – Edson de Paula Lima.

## CONCLUSÃO FINAL DESTE RELATÓRIO DE PESQUISA

Dentro das possibilidades de nos foram dadas e das nossas limitações profissionais como pesquisadores, chegamos ao fim deste trabalho de pesquisa, cientes de que cumprimos esta tarefa, que tem como objetivo levantar a trajetória histórica do Sindicato dos Professores.

O Sindicato dos Professores de Minas Gerais nasceu como todas as coisas que nascem: pequeno, frágil, cambaleante e às vezes prestes a morrer, para em seguida voltar a respirar e trazer esperanças de vida. Nesses 50 anos de existência, aos poucos foi conquistando e abrindo espaço como entidade e sendo aceito também, aos poucos, pela categoria para qual ele nasceu, para representar e defender seus interesses, os professores.

De locais emprestados para instalação de sede, acabou por adquirir uma sala, um conjunto de salas e finalmente possuir três andares de um edifício no centro de Belo Horizonte; com seus quase vinte consórcios do início da fundação, são hoje transformados em 16.738 associados. Através de vitórias e de derrotas o professorado mineiro, foi aumentando sua consciência profissional, buscando aprimorar sua entidade, torná-la forte e respeitável perante a sociedade. Os erros foram e continuam sendo muitos, o Sindicato é uma entidade de pessoas, seres humanos e portanto sujeita às falhas e aos malogros da vida. Cumpre-nos, como professores, cuja atividade se resume em educar e ensinar, aprender com essas falhas, tirar lições que sejam úteis ao aprimoramento do processo em desenvolvimento da categoria. A defesa de nossos diretores, as melhorias de condições de trabalho, melhoria salarial enfim, tudo aquilo que um trabalhador necessita para viver e participar, quando são conquistados, reverte em benefícios da própria sociedade.